

Construtivismo em psicoterapia: continuidade e ruptura¹

Alvaro Pacheco Duran²

Universidade Estadual de Campinas

Resumo

Tendo como tema central a questão da diferenciação do construtivismo em relação às demais formas de pensamento, este trabalho: a) procura identificar os planos de ruptura que delimitam o pensamento construtivista – plano ontológico da dimensão idealismo-realismo e plano epistemológico da dimensão objetivismo-subjetivismo; b) discute pontos de ruptura e continuidade entre o construtivismo e outras formas de pensamento em relação ao significado de ciência; c) apresenta o conhecimento como uma co-construção de significados no interior de interações sociais e a psicoterapia como um caso particular de interação social; d) propõe algumas características de um entendimento construtivista da interação social; e) considera que a grande diversidade de práticas psicoterápicas de cunho construtivista não é delimitada de outras no campo das ações específicas mas, sim, no campo da postura epistemológica que comporia o seu traço de continuidade interna.

Palavras-chave: psicoterapia; construtivismo; co-construtivismo.

Constructivism in psychotherapy: continuity and rupture

Summary

Taking the differentiation of constructivism from other forms of thinking as its central issue, this paper: a) aims to identify the rupture planes delimiting constructivist thinking – the ontological plane of the idealism-realism dimension and the epistemological plane of the objectivism-subjectivism dimension; b) discusses points of rupture and continuity between constructivism and other forms of thinking about the meaning of science; c) presents knowledge as a process of meaning co-construction occurring inside social interactions and psychotherapy as a particular instance of social interaction; e) considers that the great diversity of constructivist psychotherapeutic practices is not distinguished from other practices by the level of specific actions but rather by the epistemological approach that features its internal continuity

Key words: psychotherapy; constructivism; co-constructivism

O tema proposto neste trabalho está envolvido com uma questão mais ampla, que é a do desenvolvimento e diferenciação cultural. Poderia induzir a uma perspectiva polar, como se se tratasse de saber se o construtivismo, em psicoterapia, é um desdobramento (continuidade) de outras formas de pensamento ou se se opõe (ruptura) a elas.

A fórmula utilizada – “continuidade e ruptura” ao invés de “continuidade ou ruptura” – busca, ao

contrário, um entendimento dialético da relação entre essas duas dimensões. Elas são aqui entendidas como tensões permanentes, uma de aproximação, outra de afastamento, no interior da cultura. Tais tensões produziriam adensamentos e trincas na massa cultural que se revelariam nos inúmeros planos imaginários que utilizamos para esquadrihá-la. Desse modo, as rupturas que permitem distinções e nomeações, e que são visíveis em certos planos

1. Trabalho apresentado em Mesa-redonda de mesmo título, coordenada pelo autor, na XXVIII Reunião Anual de Psicologia da Sociedade Brasileira de Psicologia, 1998.

2. apduran@uol.com.br

locais, são substituídas por densidades contínuas em outros planos locais. A multiplicidade dos planos resulta, então, necessárias e afirmações de continuidade e ruptura dependem do plano de corte que for utilizado. A proposta do tema se fez com esse espírito.

Conhecimento e realidade

No caso de nosso problema, esse é um assunto importante: Posso distinguir entre a realidade e o conhecimento que tenho dela?

Para abordá-lo, mesmo que brevemente, pode-se começar com um olhar para as formas mais ancestrais de conhecimento – mito, religião e a práxis cultural cotidiana em geral. Foram formas de autoestruturação do Homem, através da distinção entre si mesmo e um mundo exterior – ainda que eventualmente transcendental – e da crença na verdade das características atribuídas ao mundo exterior.

Dai em diante, os caminhos percorridos pelos desdobramentos filosóficos e científicos do conhecimento, no mundo ocidental, acabaram passando tanto pela reafirmação desses valores como por seu questionamento. Na ciência moderna e na filosofia que lhe deu sustentação, grande esforço foi distendido na busca dos modos de decidir sobre o conhecimento verdadeiro a respeito do mundo objetivo. Mas tanto a filosofia, ao longo de séculos, como a ciência, mais recentemente, colocaram tais princípios sob suspeita e hoje se estrutura fortemente um pensamento – construtivista – para o qual *a realidade é sempre uma realidade-para-nós e o critério para a escolha do conhecimento não é sua impossível veracidade mas sua viabilidade no interior de um mundo de experiências socialmente compartilhado*³.

Nos caminhos do senso comum, parece possível encontrar, também, a mesma alternância de posições. Em parte refletindo posturas mais conservadoras da ciência, cujo sucesso no desenvolvimento tecnológico lhe deu enorme credibili-

dade, o senso comum está eivado de objetivismo. Muitas vezes tem aparecido de forma exacerbada, como nos casos de fundamentalismo religioso ou político. Mas sempre tem havido, na História, lugar para a aceitação da variabilidade de enfoques e, nos tempos que correm, não é difícil perceber, ao lado do apreço pela subjetividade, sinais de maior tolerância à multiplicidade.

Operações de distinção do construtivismo

Como disse anteriormente, são vários os planos pelos quais se pode esquadrihar o mundo da cultura e, neste caso particular, o movimento do pensamento contemporâneo a que chamamos construtivismo. Se é possível chamá-lo de alguma forma, uma ruptura está presente e deve haver um plano (ou mais) em que ela se revela. Tenho a impressão de que os planos críticos em que essas distinções têm sido feitas (Chiari e Nuzzo, 1996; Stevens, 1998) são o plano ontológico da dimensão idealismo-realismo e o plano epistemológico da dimensão objetivismo-subjetivismo. O primeiro deles, refere-se à suposição implícita de existência (realismo) ou não existência (idealismo) de uma realidade externa ao sujeito. O segundo refere-se à suposição implícita de possibilidade (objetivismo) ou impossibilidade (subjetivismo) de critérios externos sobre a verdade do conhecimento. Embora Chiari e Nuzzo (1996), bem como Mahoney (1988), privilegiem o plano ontológico, não estou seguro a respeito. Tenho a impressão que esses planos são às vezes confundidos.

Consideremos esses dois eixos como ortogonais: na vertical, o eixo ontológico (realismo na ponta superior e idealismo na ponta inferior) e, na horizontal, o eixo epistemológico (objetivismo na ponta esquerda e subjetivismo na ponta direita).

Se considero o eixo vertical e me desloco para o pólo realismo, estarei me aproximando da crença de que há uma realidade fora de mim. Nesse caso, tanto posso pender para o lado do objetivismo, como para o lado do subjetivismo. Se opto pelo objetivismo, estarei me aproximando da crença de que o

3. Não se supõe que aqui se esgota a caracterização do pensamento construtivista.

mundo que eu acredito existir é cognoscível, isto é, pode se revelar a mim tal como verdadeiramente é. Se opto pelo subjetivismo, estarei me aproximando da crença de que o mundo que eu acredito existir não é cognoscível, isto é, não pode se revelar a mim como verdadeiramente é.

Se agora, no eixo vertical, me desloco para o pólo oposto, do idealismo, estarei me aproximando da crença de que não há uma realidade fora de mim. Nesse caso, só posso pender para o lado do subjetivismo que opta pela impossibilidade de conhecimento verdadeiro pois o lado do objetivismo só se aplica a uma perspectiva realista (não posso falar em critérios de verdade de um conhecimento sobre uma realidade que eu penso não existir).

Em resumo, os eixos considerados delimitam os quadrantes realismo/objetivismo, realismo/subjetivismo, idealismo/objetivismo e idealismo/subjetivismo. O primeiro deles é prototipicamente ocupado pela ciência de fundamentação positivista. O terceiro é vazio por impossibilidade lógica e o quarto parece esterilizado por sua direção solipsista. O construtivismo ocuparia o segundo. Parece, portanto, que ambas as dimensões são convenientes para a delimitação do espaço construtivista mas, num certo sentido, a dimensão epistemológica me parece ainda mais importante. Refiro-me ao fato de que não é difícil dar por aceito o lado realista da dimensão ontológica e então prescindir dela. Nesse caso, admitido pelo menos um realismo mínimo (Stevens, 1998), toda a questão passaria ao plano epistemológico.

Construtivismo, ciência e pensamento pós-moderno

Embora este não seja o espaço para traçar a história do desenvolvimento do construtivismo podemos dizer que, nos anos mais recentes deste século, ele aparece como uma contrapartida, no âmbito da Psicologia e da Psicoterapia, dos processos que vieram a configurar o pensamento pós-moderno.

Segundo Rosen (1996), “a questão – O que é pós-modernismo? – evoca uma pluralidade de respostas e esse pluralismo enfatiza uma característica

definidora do movimento pós-moderno”. Além disso, a ausência de verdades imutáveis como base para a construção do conhecimento pode ser considerada seu tema unificador. O pós-modernismo seria anti-modernista: rejeitaria o sonho iluminista de avanço seguro através da razão e da ciência; rejeitaria os discursos hegemônicos que são marginalizadores de vozes minoritárias, dissidentes e desviantes, apontando para as implicações políticas dessa marginalização. Foucault e Derrida estariam na linha de frente a esse respeito. O pós-modernismo buscaria a desconstrução dos significados aparentes dos textos a fim de revelar suas contradições ocultas e dar ouvidos a vozes que estariam silenciadas. Para o pós-modernismo a linguagem tem importância central: seria nela que nos definimos e definimos o mundo (pp.38-40).

Dentre as discussões que o desenvolvimento do pensamento pós-moderno evoca estão tanto questões de natureza ideológico-política que enfocam as possibilidades de poder que o conhecimento pode assumir, como questões de natureza epistemológica, não necessariamente de forma independente e muitas vezes de forma inesperada como no caso do recente “escândalo Sokal”⁴.

A versão pós-modernista que se configura como construtivismo privilegia, a meu ver, a dimensão epistemológica, tendo repercussões importantes, portanto, no âmbito da ciência. Nesse universo, que continuidades ficam preservadas e que rupturas ficam definidas?

Acredito que, de um lado, há uma ruptura em relação ao significado de ciência. Deixando de ser um trabalho de descoberta para ser um trabalho de criação, o espaço de acolhimento teórico se altera e amplia, perdendo importância as teorias “incompatíveis” que tratam o conhecimento como processo *out-in* e ganhando importância aquelas compatíveis, que o tratam como processo ativo. De outro lado, porém, a

4. Em 1996, Sokal publicou na revista “Social Text” um artigo constituído por uma colagem apenas aparentemente congruente de dados científicos e formulações ao estilo dos teóricos da desconstrução como forma de desmascarar a superficialidade de julgamento de revista, supostamente representativa do movimento pós-moderno.

prática científica continua configurando uma busca de “melhor conhecimento”, usualmente tendo coerência e viabilidade como valores epistêmicos (Stevens, 1998, p.286). No meu modo de ver a vitalidade da ciência fica fortalecida.

A perspectiva anterior parece compatível com o modo particular de Kegan entender o pensamento pós-moderno, que Rosen (1996, pp.41-43) apresenta.

Kegan propõe cinco níveis de consciência. O quarto nível seria constituído pela mente modernista em que o sujeito está embebido em um sistema, tomado por completo e absoluto e vê os sistemas alternativos como em conflito com o seu, independentes do seu e errados. O quinto nível seria constituído pela mente pós-modernista em que o sujeito não está submetido a seu sistema mas está consciente dele e o converte em objeto de seu conhecimento, vendo-o como parcial e conectado a outros com os quais pode estar em conflito mas que não são repudiados.

O quinto nível se subdividiria em uma primeira fase desconstrutiva⁵ e uma segunda fase reconstrutiva. A fase desconstrutiva compreenderia apenas a atitude rejeitadora ao quarto nível e a fase reconstrutiva compreenderia um modo transformativo de conhecer, assumindo sua incompletude e buscando suas contradições para nutrir o processo corrente de sua reconstrução.

Um modo de ver

Há muito tempo me fascina pensar sobre a experiência de conhecer/sentir o mundo que tem aquele que nasce cego. Muitas pessoas têm vivido nessa condição de forma muito bem adaptada, isto é, participando, em grande parte, da vida coletiva. Em que realidade vivem?

É fácil pensar que vivem num mundo particular, interiorizado, que não é o mundo comum, exteriorizado, em que nós, videntes, vivemos. É fácil imaginar que a nós é dado conhecer o “mundo real” e

a eles seria dado inventar, sabe-se lá com quais recursos, um “mundo imaginário”. Jamais poderiam saber completamente como é a realidade.

Mas como ter-se-ia constituído esse mundo em que vivem?. Acho que a maioria das pessoas está convencida de que o mundo do cego teria sido construído no convívio com as outras pessoas, com a ajuda delas. Se todos precisaríamos, até certo ponto, das outras pessoas, o cego precisaria mais.

Essas questões e suas respostas usuais levam a pensar: o cego não teria acesso ao “nosso” mundo “real” mas quem de nós tem acesso ao mundo do cego? por que o nosso mundo seria mais real que o mundo do cego? por que supormos que o nosso mundo real nos chega mais diretamente e o cego dependeria mais da intermediação de outros? Este modo de ver está entre os legados da cultura. E já na expressão – modo de *ver* (!) – se revela a carga desse legado.

Acho que é possível transcender a esse legado, ainda usando o cego e seu mundo como metáfora para a relação entre o conhecimento e a realidade. Ao invés de pensar no olho do vidente que seria invadido pela luz dos objetos, prefiro pensar na mão exploradora do cego que desliza em superfícies, percorre ângulos, apalpa texturas e se choca com obstáculos. Seria uma imagem da ação hesitante de conhecer o próprio mundo, um mundo-em-construção como o de todos nós, cegos ou videntes. Todos procederíamos como o cego, montando modelos que se constituem em nossos mundos verdadeiros até que nosso corpo se choque com uma parede que não estava nele. Então, quando o mundo nos diz o que não é, mudamos o nosso mundo. Há algo ali, com que me choco, que eu chamo de realidade e eu conjecturo sobre ela. Minhas conjecturas dão certo e dão errado. Às vezes caio, mas não estou sempre me batendo pelas paredes. Saio, volto, meu lugar ainda está lá. Meu conhecimento, em geral, funciona. Ele é coerente e viável.

É importante observar que construímos nosso conhecimento *como* nos permite o modo em que somos biologicamente constituídos e não quanto nos permite essa constituição, não tendo cabimento distinções quantitativas, quer entre espécies, quer

5. Com a qual muitas vezes o pensamento pós-moderno é identificado.

entre indivíduos. E o construímos enquanto *convivemos* nele, *co-construindo* os significados que o compõem, durante as múltiplas e diversificadas interações sociais⁶ em que nos envolvemos⁷.

Interação social, construtivismo e psicoterapia

Até aqui estive falando do desenvolvimento de um mundo psicológico que se realiza como um processo ativo no sentido de organizar as experiências geradas no processo de viver. A grande parte dessas experiências ocorre no interior da interação social que poderia ser entendida, de uma perspectiva construtivista, como um *momento interpessoal de experiência mútua através da elaboração que se dá a partir de estruturas previamente organizadas e organizadoras, resultando, eventualmente, em transformação dessas estruturas* (Duran, 1998). Desse ponto de vista se pode dizer que um membro da interação influencia o outro e que ambos podem sair da interação diferentes do que quando entraram.

A psicoterapia poderia ser entendida como uma forma recorrente de interação social (relação social) e, como tal, a ela se aplicariam algumas observações (Duran, 1998) que decorrem da conceituação anterior.

Em primeiro lugar, a de que seu espaço de ocorrência é o espaço psicológico, que é o lugar da realidade-de-cada-um, podendo-se dizer, portanto, que ocorre duas vezes, uma em cada um dos espaços psicológicos envolvidos. A percepção, em cada um, de um certo grau de congruência entre esses espaços é necessária para a continuidade e a recorrência da interação terapêutica.

Em segundo lugar, a de que há uma relação dialética entre o espaço psicológico e a interação social: o espaço psicológico constitui-se nas intera-

ções ao mesmo tempo em que as constitui; isto é, enquanto a realidade-de-cada-um vai se constituindo em sua história interativa, essa realidade em constituição é que permite, promove e define as interações. A relação terapêutica é uma das instâncias possíveis de constituição da realidade pessoal mas se configura a partir da realidade pessoal preexistente.

Em terceiro lugar, a de que a mudança no mundo psicológico de interesse, no caso do cliente da situação terapêutica, é desejada e possível mas não necessária: o encontro entre os membros envolvidos em uma interação tanto pode desembocar na transformação quanto na manutenção de esquemas existentes.

Em quarto lugar, a de que, numa interação social, estão confrontados dois mundos de experiência, sendo que cada um é, para o outro, uma realidade exterior à qual o outro não tem acesso. Este tem acesso ao seu próprio mundo de experiências que inclui o primeiro tal como foi aí configurado. Do mesmo modo ocorre na relação terapêutica, onde a ação que emerge do mundo experiencial do terapeuta em direção ao seu cliente, tal como este é aí percebido, é meramente conjectural.

Uma conjectura não quer dizer exatamente uma hipótese antecipatória da verdade provável do conhecimento sobre o cliente. Quer mais dizer a inclusão dele no mundo de conhecimento do terapeuta, fazer dele um protagonista do *script* que o terapeuta está continuamente elaborando e reformulando a fim de fazer sentido a experiência que tem do cliente.

Prática terapêutica

Quando se pergunta sobre a ação terapêutica que está incluída nos processos acima esboçados, as respostas dirão que “a diversidade e a criatividade repousam no cerne da conceitualização e da prática da psicoterapia a partir de uma perspectiva construtivista” (Mahoney, 1998, pp.113-114), ou que, num nível geral, “aproximadamente qualquer modelo de psicoterapia pode ser um recurso legítimo (...) desde que interpretado como um conjunto (...) de regras e

6. Obviamente se admite a existência do outro mas não o seu conhecimento “objetivo”.

7. Este modo de compreender está consoante com uma das perspectivas possíveis a respeito da subjetividade encarando-a como individualizada, diferentemente, por exemplo, do modo “distribuído” como Gergen (Bruner, 1990, p. 109) a encara.

metáforas provisórias e não como uma ciência aplicada que admite apenas uma certa conceituação do problema e apenas uma única forma aprovada de intervenção” (Neimeyer, 1995, p.16).

A delimitação, então, inclusive do campo da prática terapêutica, não se encontra no plano das ações específicas. A ruptura se daria no plano mais geral da postura epistemológica que as informa, quando a problematização dos termos e da relação conhecimento-realidade é trazida para o centro das situações particulares vivenciadas de terapia.

Quando isso acontece, há uma *legitimação* do cliente. Ele não é visto como doente (como o seria na psiquiatria clássica), inadequado (como o seria na terapia comportamental clássica), guiado por falsas cognições (como o seria na terapia cognitiva) ou como alguém cujo desenvolvimento foi interrompido por acontecimentos que estão reprimidos em sua memória (como o seria na psicanálise clássica). Nesse caso, portanto, a ação terapêutica tem que se compatibilizar com a legitimidade admitida, considerando o “desvio” enquanto participante da “lógica do sistema” e procurando meios de auxiliar a auto-exploração para o desenvolvimento de outras possibilidades de organização ou, como dizem Gergen e Kaye (1995, p.179), não na direção da substituição de uma verdade pessoal por outra mas na direção da multiplicação das verdades possíveis.

Segundo Neimeyer (1995, pp.16-17) “a psicologia pós-moderna encoraja certas estratégias de intervenção comparativamente a outras”. Entre suas sugestões estão, primeiro, em relação ao objetivo, uma terapia criativa, não corretiva, promovendo a construção de significados e o desenvolvimento pessoal; segundo, em relação ao nível de intervenção, a atenção a processos referentes ao *self*, a estruturas nucleares; terceiro, em relação ao estilo, uma terapia pessoal não autoritária, uma apreensão empática da perspectiva do cliente como base para negociação; quarto, em relação ao foco de avaliação, a exploração de narrativas pessoais, autobiografias; quinto, em relação à emoção, a interpretação da emoção negativa como integrante da mudança construtiva, a ser respeitada e não controlada; sexto, em relação à

resistência, o entendimento de que se trata de tentativa legítima de proteger processos centrais de organização.

Multiplicidade e diversidade

O espectro das possibilidades construtivistas é extremamente amplo e é possível encontrar considerável variedade de “sistemas psicoterápicos” organizados de forma razoavelmente consistente, tanto do ponto de vista teórico, como das indicações de formas de atuação. Inventariar e classificar tal espectro é uma tarefa complexa que não tem atraído muitos autores. A tentativa de Neimeyer (1995, pp.18-23) utiliza quatro metáforas para identificar os grupos de abordagens: terapia como ciência pessoal, como desenvolvimento do *self*, como reconstrução narrativa e como elaboração conversacional.

A metáfora da *ciência pessoal* ou da “pessoa como cientista, ativamente formulando, refinando, revisando e elaborando hipóteses pessoais no transcurso da experiência (Neimeyer, 1995, pp. 18-19)”, constitui o ponto fundamental da teoria de construtos pessoais, segundo a qual as realidades (inter) pessoais do cliente se organizam como sistemas de crenças de cuja renegociação o terapeuta participa (Neimeyer, 1998, p.122). Para tanto, ele frequentemente lança mão de procedimentos padronizados de avaliação desse sistema de crenças, além, é claro, dos processos de interlocução, que podem ser exemplificados pelos que foram propostos por Neimeyer (1996, pp.383-404) e cuja denominação já dá uma idéia das atividades de elaboração dos significados do mundo pessoal do cliente: empatetização; analogização; acentuação; nuanceação; ampliação; focalização; contrastação; estruturação; ambiguação; entrelaçamento.

A metáfora de *desenvolvimento do self* chama a atenção, de um lado, para o foco em estruturas nucleares e, de outro, para a idéia de tais estruturas em evolução, revelando a aproximação com uma perspectiva psicodinâmica e com as perspectivas *life-span* de desenvolvimento. Guidano (1991), um

nome exemplar neste grupo, entende o self como um entrejogo contínuo e circular entre a experienciamento (Eu) que corresponde ao nível do conhecimento tácito, de natureza afetivo-emocional, e a explicação (Mim), de natureza lingüística, que dá consistência à organização pessoal, seja de si ou do mundo. O processo terapêutico, chamado de auto-observação, volta-se, em consequência, para a análise do desenvolvimento pessoal, através da focalização de momentos críticos, afetivamente marcados, a partir da técnica que ficou conhecida como “moviola”. A diferenciação entre os dois processos e uma reestruturação da relação entre eles faz parte do encaminhamento do trabalho.

A metáfora da *reconstrução narrativa*, ou do cliente como um contador de história, dá corpo à idéia de que o modo através do qual nós estruturamos os acontecimentos de nossa vida dá a ela o significado que nos parece que ela tem, ao mesmo tempo em que dá a nós o significado do protagonista da nossa história. A terapia seria uma oportunidade de nos rebiografarmos. Gonçalves (1995), parte da idéia de que o “entendimento psicológico do cliente implica a identificação e análise de suas narrativas prototípicas”, (p.142). Embora esse conceito, parece, não tenha sido suficientemente explorado pelo autor, o contexto de alguns de seus trabalhos sugere que se trata do estilo pessoal de compor, de modo a dar à história resultante os significados que ela carrega. As etapas terapêuticas que ele sugere (Gonçalves, 1995, pp.143-159) incluiriam a exercitação pelo cliente de lembrança, objetivação, subjetivação, metafórica e projeção de narrativas.

A metáfora da *elaboração conversacional* amplia a metáfora da narrativa para o contexto – social – da produção da linguagem (e do significado, diriam seus adeptos) e remete a uma posição compreensivelmente mais freqüente entre terapeutas da família. Segundo Anderson e Goolishian (1995), “as pessoas vivem e entendem sua vida através de realidades narrativas socialmente construídas que dão sentido e organização à sua experiência” (p. 26). O processo de terapia, neste caso, é a conversação

terapêutica, na qual o terapeuta é um participante observador e facilitador. A conversação terapêutica é um mecanismo através do qual o terapeuta e o cliente participam do co-desenvolvimento de novos significados, novas realidades e novas narrativas e em que o terapeuta adota uma postura geral de genuíno não-saber (p.29)

Como disse antes, o espectro das possibilidades construtivistas é extremamente amplo. A pluralidade só poderia ser bem-vinda num campo cuja marca é a de conceber o mundo do conhecimento como algo, antes de tudo, pessoalmente e socialmente construído a partir de circunstâncias peculiares. As distinções que foram feitas nos dão uma idéia, ainda que pálida, da diversidade teórico-prática do campo da psicoterapia construtivista que mais se acentuaria se tivéssemos a oportunidade de examinar a multiplicidade interior a cada uma dessas metáforas.

Múltiplo e diverso, ao mesmo tempo que propicia o “arejamento” de um campo aberto, o campo do construtivismo também pode despertar alguma tendência agorafóbica se subvertermos sua lógica interna e tentarmos obter segurança fora dela.

É precisamente essa lógica – epistemológica – que lhe dá coesão e identidade, permitindo espaços contínuos por onde podemos transitar que me parece importante pôr em destaque.

Referências bibliográficas

- Anderson, H. e Goolishian, H. (1995). The client is the expert: a not-knowing approach to therapy. Em: McNamee e K.J. Gergen, *Therapy as Social Construction*. London: Sage, pp. 25-39.
- Bruner, J. (1990). *Actos de Significado*. Madri: Alianza.
- Chiari, G. e Nuzzo, L. (1996). Psychological constructivisms: a metatheoretical differentiation. *Journal of Constructivist Psychology*, 9:163-184.
- Duran, A. P. (1998). Interações sociais: questões sobre o futuro. Trabalho apresentado no *IV Congresso Nacional de Psicologia Escolar*, João Pessoa, Brasil.
- Gergen, K. J. e Kaye, J. (1995). Beyond narrative in the negotiation of therapeutic meaning. Em: S. McNamee

- e K. J. Gergen, *Therapy as Social Construction*. London: Sage, pp.166-185.
- Gonçalves, O. F. (1995). Cognitive narrative psychotherapy: the hermeneutic construction of alternative meanings. Em: M. J. Mahoney (ed). *Cognitive and Constructive Psychotherapies*. N.Y.: Springer, pp.139-162.
- Guidano, V. F. (1991). *The Self in Progress*. N.Y.: Guilford.
- Mahoney, M. J. (1998). Psicoterapia Construtivista. Em: R. F. Ferreira e C. N. de Abreu (orgs.). *Psicoterapia e Construtivismo: Considerações Teóricas e Práticas*. Porto Alegre, R.S.: Artes Médicas, pp.111-120.
- Mahoney, M. J. e Lyddon, W. J. (1988). Recent Developments in cognitive approaches to counseling and psychotherapy. *The Counseling Psychologist*, 16: 190-234.
- Neimeyer, R. A. (1996). Process interventions for the constructivist psychotherapist. Em: H. Rosen e K. Kuehlwein. *Constructing Realities - Meaning-Making Perspectives for Psychotherapists*. San Francisco: Jossey-Bass Pub, pp. 371-411.
- Neimeyer, R. A. (1998). Terapia Contemporânea dos Constructos Pessoais: Uma Introdução Conceitual. Em: R. F. Ferreira e C. N. de Abreu (orgs.). *Psicoterapia e Construtivismo: considerações teóricas e práticas*. Porto Alegre, R.S.: Artes Médicas, pp.121-128.
- Neimeyer, R. A.(1995). Constructivist psychotherapies: features, foundations and future directions. Em: R. A. Neimeyer e M. J. Mahoney, *Constructivism in Psychotherapy*. Washington: American Psychological Association, pp.11-38.
- Rosen, H. (1996). Meaning-making narratives - foundations for constructivist and social constructionist psychotherapies. Em: H. Rosen e T. Kuehlwein, *Constructing Realities: Meaning-Making Perspectives for Psychotherapists*. San Francisco: Jossey-Bass Pub, pp. 3-51.
- Stevens, C. D. (1998). Realism and kelly's pragmatic constructivism. *Journal of Constructivist Psychology*, 11: 283-308.